

AS AÇÕES DO PROPÆ COMO POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: A REALIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ.

Beatriz Adelina Camilete de Campos (PIC/UEM), Ana Luiza Barbosa Anversa
(Orientadora).

E-mail: ra129094@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Ciências da Saúde/ Educação Física

Palavras-chave: Educação inclusiva; Políticas Educacionais; Permanência estudantil.

RESUMO

O estudo tem como objetivo apresentar as principais barreiras e possibilidades enfrentadas pelo Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais (PROPÆ) da Universidade Estadual de Maringá, no processo de inclusão e permanência de estudantes com deficiência e/ou necessidades especiais no ensino superior. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental. Os dados foram analisados e organizados em dimensões administrativa, pedagógica e estrutural. Os resultados evidenciam que na dimensão administrativa, encontra-se a concessão de bolsas e monitorias especializadas, embora ainda insuficientes frente às múltiplas demandas. Na dimensão pedagógica, identificaram-se estratégias como provas adaptadas, ampliação de tempo para avaliações, oferta de intérpretes e materiais específicos, contribuindo para a equidade nas atividades acadêmicas. Já na dimensão estrutural, verificaram-se avanços relacionados à adaptação de espaços e à disponibilização de recursos de acessibilidade, embora persistam carências quanto à infraestrutura física e à divulgação dos serviços ofertados. Conclui-se que o PROPÆ representa um instrumento essencial para a efetivação de direitos e para a promoção da equidade no contexto universitário, entretanto, observam-se desafios estruturais e organizacionais que demandam investimentos contínuos em políticas institucionais com vistas a obtenção de resultados na melhoria estrutural e fortalecimento das ações de conscientização.

INTRODUÇÃO

As ações afirmativas compõem um grupo de políticas públicas que tem por objetivo possibilitar o acesso e a permanência “de pessoas pertencentes a grupos sociais excluídos ou que vivem um processo histórico de invisibilidade social em função das suas origens sociais e/ou étnico-raciais” (Maders; Barcelos, 2024, p. 3). Dentre esse público, encontram-se as pessoas com deficiência (PCD).

A inserção de PCD no Ensino Superior constitui um avanço importante na construção de uma sociedade mais equitativa e justa, no entanto, ainda enfrenta desafios para sua efetividade, demandando ações constantes para assegurar tanto o acesso quanto a permanência desses estudantes no contexto acadêmico (Macêdo; Freitas; Teixeira, 2024).

Na especificidade da Universidade Estadual de Maringá, foco da presente pesquisa, o Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPAE), foi implantado no ano de 1994 e encontra-se vinculado a Pró-Reitoria de Ensino desde 2016, tendo como objetivo desenvolver ações que possam assegurar o ingresso e permanência aos estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais na universidade.

Com base nesses pressupostos, bem como investigações e leituras realizadas o presente trabalho tem por objetivo apresentar as principais barreiras e possibilidades enfrentadas pelo Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais (PROPAE) da Universidade Estadual de Maringá, no processo de inclusão e permanência de estudantes com necessidades especiais no ensino superior.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa documental de análise qualitativa a partir dos registros institucionais disponibilizados pelo PROPAE da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Os documentos coletados no site do programa e disponibilizado por eles, destacando-se: Normas para inscrição, seleção, desenvolvimento e avaliação do programa de monitoria especial; Resolução 058/2003- CEP; Resolução 040/2015-CAD e Resolução 037/2014-CEP, foram lidos e sistematizados a partir das dimensões: administrativa, pedagógica e estrutural, o que possibilitou a construção de uma visão crítica acerca dos desafios e potencialidades do programa no âmbito institucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos do PROPAE/UEM evidencia o papel fundamental do programa como mediador entre estudantes com deficiência e/ou necessidades especiais e docentes, favorecendo a adaptação das práticas acadêmicas e a promoção da inclusão no contexto universitário.

Na dimensão administrativa, observa-se que o PROPAE atua na garantia de direitos legais que, em muitos casos, não eram assegurados pelo estado, como a impressão de provas em braile, prática já registrada em documentos desde 2003, oferta de intérpretes de Libras, provas assistidas, monitoria especializada, flexibilizações curriculares e estratégias pedagógicas inclusivas.

Atualmente, o programa atende, em média, 230 estudantes com deficiência e/ou necessidades especiais e conta com 60 bolsistas vinculados à monitoria especial e quatro bolsas de permanência destinadas ao trabalho de adaptação de materiais. No entanto, um dos entresves administrativos do programa encontra-se na

obrigatoriedade do laudo médico ou pedagógico para a participação, o que depende da do conhecimento sobre o programa e do interesse dos estudantes em buscar o atendimento, o que por vezes diminuiu a efetividade dos atendimentos, uma vez que alguns acadêmicos desconhecem seus direitos institucionais ou apresentam resistência para com esse suporte especializado.

Verifica-se também a necessidade de ampliar o número de bolsas, uma vez que, em média, cada monitor acompanha quatro estudantes, o que pode comprometer a qualidade do atendimento diante das múltiplas demandas do ensino superior, tanto para os alunos quanto para os monitores envolvidos.

Na dimensão pedagógica, o PROPÆ exerce um papel de apoio aos docentes, auxiliando-os na compreensão das deficiências e no respeito às possibilidades, barreiras e necessidades individuais dos acadêmicos. No entanto, nota-se que ainda falta um trabalho direcionado para os estudantes sem deficiência, para que ocorra no dia a dia de sala de aula a efetiva inclusão e socialização entre os estudantes.

Entre as medidas pedagógicas adotadas pelo programa, destaca-se a possibilidade de realização de avaliações junto ao monitor responsável, com acréscimo de até 50% no tempo, quando necessário, além da oferta de serviços como monitoria especializada, intérprete de Libras e adaptações de materiais. Essas ações reforçam a importância da adequação pedagógica e configuram-se como estratégias essenciais para a inclusão acadêmica.

No que se refere à dimensão estrutural, conforme apontado por Soares (2018), as principais demandas relacionadas à acessibilidade na Universidade Estadual de Maringá (UEM) apresentadas por estudantes vinculados ao Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPÆ) concentram-se na ausência de adequações em aspectos básicos, como calçadas, iluminação, disponibilização de recursos de áudio e presença de intérpretes de Libras em eventos institucionais. Somando-se a isso, destaca-se a necessidade de maior investimento em projetos governamentais voltados à conscientização da comunidade acadêmica.

O PROPÆ tem buscado disponibilizar recursos como intérpretes, materiais adaptados e espaços adequados para a realização de provas assistidas, configurando avanços significativos na infraestrutura voltada à permanência estudantil. Todavia, ainda persiste a necessidade de ampliar a divulgação e o alcance dos serviços oferecidos, considerando que alguns estudantes que necessitam do atendimento especializado não estão inseridos no programa, seja por desconhecimento ou por outros fatores que dificultam o acesso.

CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que o PROPÆ/UEM desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão de estudantes com deficiência e/ou necessidades especiais no contexto universitário, atuando como mediador entre discentes e docentes e garantindo a implementação de políticas que favorecem a permanência acadêmica.

Apesar das barreiras identificadas nas dimensões administrativa, pedagógica e estrutural, o PROPAE apresenta possibilidades significativas, incluindo adaptações de materiais, monitoria especializada e recursos de acessibilidade, que contribuem para a efetivação de direitos e para a equidade no contexto universitário.

Os resultados reforçam a importância de estratégias institucionais que conciliem garantia de direitos, acompanhamento individualizado e melhorias estruturais, evidenciando que o fortalecimento contínuo do PROPAE é essencial para assegurar o sucesso acadêmico e a permanência de estudantes com necessidades especiais na Universidade Estadual de Maringá.

AGRADECIMENTOS

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Educação Física e Políticas Educacionais (GEEFE) e no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Identidade Profissional, Políticas Públicas e Práticas em Saúde (LIIPS).

REFERÊNCIAS

- MADERS, Sandra; BARCELOS, Valdo. Ações afirmativas e a política de cotas no Brasil: um olhar in-tercultural para os povos originários. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 3, p. e3217-e3217, 2024. Disponível em: 10.54033/cadpedv21n3-105. Acesso em: 13 Agosto 2025.
- MACÊDO, Cleuza Rezende; DE FREITAS, Cinara Aline; TEIXEIRA, Luciana Almeida Silva.. A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: possibilidades e desafios no acesso e permanência. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 1, p. 3407-3424, 2024. Disponível em: 10.54033/cadpedv21n1-181. Acesso em: 13 Agosto 2025.
- SOARES, Augusto. Cesare. de Campos, et al. Inclusão e acessibilidade na administração pública: a percepção dos alunos com deficiência da Universidade Estadual de Maringá. **Anais do Congresso Internacional de Administração: Cooperação e desenvolvimento**, 2018. Disponível em: https://admpg.com.br/2019/anais/2018/arquivos/05042018_110521_5aec73e1e90e3.pdf, acesso, agosto d 2025.